

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 13/Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2891/2022



DISTRITO FEDERAL

Atenção vigilantes que prestam serviço na Secretária de Saúde pela AVAL e Ipanema

Se o pagamento não sair, vamos paralisar as atividades nos Hospitais, UBS, Clínicas da Saúde e da Família da Secretaria de Saúde



Mais uma vez, os vigilantes da Ipanema e Aval estão sem pagamento até a data de hoje, 12/12/2022. Já encaminhamos ofícios à Secretaria de Saúde e empresas alertando da paralisação e cobramos solução imediata.

Diante do desprezo às necessidades de sobrevivência dos vigilantes e seus familiares, a nossa resposta será a de parar as atividades e só voltaremos ao trabalho com o pagamento e os benefícios depositados na conta de cada trabalhador.

Uma grande injustiça é o vigilante trabalhar o mês todo e, ao final, não receber seus salários e benefícios em atividade essencial.

PARALISAÇÃO, A PARTIR DAS 07H DA MANHÃ, DIA 13/12/2022, TERÇA-FEIRA, EM FRENTE AOS SEGUINTE HOSPITAIS:

Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, HMIB, HRAN, Guará, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia.

Haverá, em cada hospital, equipe de diretores do Sindicato dos Vigilantes do DF para orientar e apoiar a paralisação.

Fonte: SINDESV-DF

ASSEMBLEIAS E CONFRATERNIZAÇÕES MOBILIZAM VIGILANTES DE PIAÇABUÇU E PENEDO



Confraternização Final de ano

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

Local: Clube Fênix Alagoana

Data: 17 de dezembro de 2022

Horário: 21 horas

Obs.: É obrigatória a apresentação da
Carteira de Associado atualizada



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou, no último sábado (10), uma Assembleia Geral Extraordinária com os vigilantes que atuam no município de Piaçabuçu, onde foram discutidos assuntos importantes para a categoria

O encontro contou com a participação dos diretores Maria Mônica e Genival Santos, de Maceió, e do diretor regional João José. Na oportunidade, foi celebrada também a confraternização de final de ano com os trabalhadores.

Foi um momento muito proveitoso de celebração pelas vitórias alcançadas em 2022

e de comemoração pelo ano que irá iniciar em breve. Já no domingo (11), a Assembleia Geral Extraordinária aconteceu na cidade de Penedo, reunindo um número expressivo de vigilantes da região.

A Assembleia teve a presença dos diretores Genival Santos e Maria Mônica, de Maceió, e do diretor regional Ademir Francisco. Os vigilantes de Penedo também celebraram a confraternização de final de ano em um momento especial.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Bancos públicos serão tema de debate nesta quarta-feira (14)

Bate-papo promovido pela Contraf-CUT e pela Fenae fará um raio-X da situação atual e das perspectivas da Caixa, do Banco do Brasil e demais bancos públicos



O economista Sergio Mendonça, ex-diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, e a representante eleita pelos empregados no Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal e diretora da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Rita Serrano, são os convidados da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e da Fenae para o debate “Bancos públicos: Situação atual e perspectivas no governo Lula”, que será realizado nesta quarta-feira (14), a partir das 19h (horário de Brasília).

A atividade será realizada via internet, por meio de uma plataforma de conferência digital, e é aberta para todos os interessados, bastando acessar o link, sem a necessidade de cadastro prévio.

“Os bancos públicos podem ter um papel fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e social do país. Mas, isso depende das políticas de cada governo”, destacou o secretário de Formação da Contraf-CUT, Rafael Zanon, ao dizer que o debate buscará apontar algumas das diferenças entre as políticas adotadas pelo governo que está sendo encerrado e pelo próximo governo.

“O atual governo nunca escondeu seu interesse em privatizar os bancos públicos. Talvez não tenha feito isso apenas por ter sido impedido de promover a privatização das estatais. Mas, os fragmentou, transformando alguns segmentos bastante rentáveis em subsidiárias e as vendeu. Além disso, promoveu a retirada de capital e a venda de parte de seus patrimônios, com o consequente enfraquecimento dessas instituições”, observou a coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Bancos Públicos da Contraf-CUT, Eliana Brasil.

“Pelo que vimos de suas gestões anteriores, pelo que faz parte do programa de governo e pelo que está sendo visto no gabinete de transição, o presidente eleito (Luiz Inácio Lula da Silva) terá uma postura inversa, com o fortalecimento da importância dos bancos públicos e a utilização dos mesmos para alavancar o desenvolvimento econômico e social do nosso país”, disse o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

“Será uma atividade importante para ressaltar o papel fundamental dos bancos públicos brasileiros. Por isso, convidamos todos a participarem”, convocou Zanon.

Debate

Bancos públicos: Situação atual e perspectivas no governo Lula

Data: 14 de dezembro de 2022

Horário: 19h00 (horário de Brasília)

Link de acesso:

<https://us02web.zoom.us/j/82346499428?pwd=dkpsTGQzUE16cWRuU2l3dmVuc3kvdz09>

ID da reunião: 823 4649 9428

Senha de acesso: 611205

FONTE: CONTRAF

Lula chora na diplomação e promete lutar por um país mais desenvolvido e mais justo

“Quero dizer que muito mais que a cerimônia de diplomação de um presidente eleito, esta é a celebração da democracia”, disse Lula.

Confira íntegra do discurso



O presidente eleito Lula (PT) se emocionou e chorou durante a cerimônia de diplomação como presidente da República, nesta segunda-feira (12), na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).]

Lula disse que a população reconquistou o direito de viver em democracia e dedicou ao povo brasileiro o diploma de presidente eleito. Citou Deus e disse que fará todos os esforços para cumprir com o compromisso de “fazer o Brasil um país mais desenvolvido e mais justo”. Confira abaixo a íntegra do discurso.

A cerimônia reforça a vitória eleitoral em meio a atos antidemocráticos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), primeiro presidente em exercício derrotado na tentativa de reeleição.

Com a diplomação, a Justiça Eleitoral atesta que o candidato foi efetivamente eleito pelo povo e, por isso, está apto a tomar posse no cargo. Lula já é considerado presidente, mas o candidato perdedor, Jair Bolsonaro (PL) continua como presidente até 31 de dezembro.

Os diplomas do presidente eleito e do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSD) são assinados e entregues pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, que também abriu a sessão solene. Autoridades do Judiciário, do Executivo e do Legislativo fizeram parte da mesa oficial da solenidade. Muitos ministros e ex-ministros do STF estavam na plateia.

Na primeira fila da plateia estava a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) bastante aplaudida nas duas vezes em que Lula citou seu nome, e o ex-presidente José Sarney; os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) também estavam na plateia, assim como a presidenta do PT, Gleisi Hoffmaan, deputada federal reeleita pelo Paraná, que também recebeu calorosos aplausos da plateia.



Confira a íntegra do discurso de Lula

Em primeiro lugar, quero agradecer ao povo brasileiro, pela honra de presidir pela terceira vez o Brasil.

Na minha primeira diplomação, em 2002, lembrei da ousadia do povo brasileiro em conceder – para alguém tantas vezes questionado por não ter diploma universitário – o diploma de presidente da República.

Reafirmo hoje que farei todos os esforços para, juntamente com meu vice Geraldo Alckmin, cumprir o compromisso que assumi não apenas durante a campanha, mas ao longo de toda uma vida: fazer do Brasil um país mais desenvolvido e mais justo, com a garantia de dignidade e qualidade de vida para todos os brasileiros, sobretudo os mais necessitados.

Quero dizer que muito mais que a cerimônia de diplomação de um presidente eleito, esta é a celebração da democracia.

Poucas vezes na história recente deste país a democracia esteve tão ameaçada.

Poucas vezes na nossa história a vontade popular foi tão colocada à prova, e teve que vencer tantos obstáculos para enfim ser ouvida.

A democracia não nasce por geração espontânea. Ela precisa ser semeada, cultivada, cuidada com muito carinho por cada um, a cada dia, para que a colheita seja generosa para todos.

Mas além de semeada, cultivada e cuidada com muito carinho, a democracia precisa ser todos os dias defendida daqueles que tentam, a qualquer custo, sujeitá-la a seus interesses financeiros e ambições de poder.

Felizmente, não faltou quem a defendesse neste momento tão grave da nossa história.

Além da sabedoria do povo brasileiro, que escolheu o amor em vez do ódio, a verdade em vez da mentira e a democracia em vez do arbítrio, quero destacar a coragem do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, que enfrentaram toda sorte de ofensas, ameaças e agressões para fazer valer a soberania do voto popular.

Cumprimento cada ministro e cada ministra do STF e do TSE pela firmeza na defesa da democracia e da lisura do processo eleitoral nesses tempos tão difíceis.

A história há de reconhecer sua coerência e fidelidade à Constituição.

Essa não foi uma eleição entre candidatos de partidos políticos com programas distintos. Foi a disputa entre duas visões de mundo e de governo.

De um lado, o projeto de reconstrução do país, com ampla participação popular. De outro lado, um projeto de destruição do país ancorado no poder econômico e numa indústria de mentiras e calúnias jamais vista ao longo de nossa história.

Não foram poucas as tentativas de sufocar a voz do povo.

Os inimigos da democracia lançaram dúvidas sobre as urnas eletrônicas, cuja confiabilidade é reconhecida em todo o mundo.

Ameaçaram as instituições. Criaram obstáculos de última hora para que eleitores fossem impedidos de chegar a seus locais de votação. Tentaram comprar o voto dos eleitores, com falsas promessas e dinheiro farto, desviado do orçamento público.

Intimidaram os mais vulneráveis com ameaças de suspensão de benefícios, e os trabalhadores com o risco de demissão sumária, caso contrariassem os interesses de seus empregadores.

Quando se esperava um debate político democrático, a Nação foi envenenada com mentiras produzidas no submundo das redes sociais.

Eles semearam a mentira e o ódio, e o país colheu uma violência política que só se viu nas páginas mais tristes da nossa história.

E no entanto, a democracia venceu.

O resultado destas eleições não foi apenas a vitória de um candidato ou de um partido. Tive o privilégio de ser apoiado por uma frente de 12 partidos no primeiro turno, aos quais se somaram mais dois na segunda etapa.

Uma verdadeira frente ampla contra o autoritarismo, que hoje, na transição de governo, se amplia para outras legendas, e fortalece o protagonismo de trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, cientistas e lideranças dos mais diversos e combativos movimentos populares deste país.

Tenho consciência de que essa frente se formou em torno de um firme compromisso: a defesa da democracia, que é a origem da minha luta e o destino do Brasil.

Nestas semanas em que o Gabinete de Transição vem escrutinando a realidade atual do país, tomamos conhecimento do deliberado processo de desmonte das políticas públicas e dos instrumentos de desenvolvimento, levado a cabo por um governo de destruição nacional.

Soma-se a este legado perverso, que recai principalmente sobre a população mais necessitada, o ataque sistemático às instituições democráticas.

Mas as ameaças à democracia que enfrentamos e ainda haveremos de enfrentar não são características exclusivas de nosso país.

A democracia enfrenta um imenso desafio ao redor do planeta, talvez maior do que no período da Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos, os inimigos da democracia se organizam e se movimentam. Usam e abusam dos mecanismos de manipulações e mentiras, disponibilizados por plataformas digitais que atuam de maneira gananciosa e absolutamente irresponsável.

A máquina de ataques à democracia não tem pátria nem fronteiras.

O combate, portanto, precisa se dar nas trincheiras da governança global, por meio de tecnologias avançadas e de uma legislação internacional mais dura e eficiente.

Que fique bem claro: jamais renunciaremos à defesa intransigente da liberdade de expressão, mas defenderemos até o fim o livre acesso à informação de qualidade, sem mentiras e manipulações que levam ao ódio e à violência política.

Nossa missão é fortalecer a democracia – entre nós, no Brasil, e em nossas relações multilaterais.

A importância do Brasil neste cenário global é inegável, e foi por esta razão que os olhos do mundo se voltaram para o nosso processo eleitoral.

Precisamos de instituições fortes e representativas. Precisamos de harmonia entre os Poderes, com um eficiente sistema de pesos e contrapesos que iniba aventuras autoritárias.

Precisamos de coragem.

É necessário tirar uma lição deste período recente em nosso país e dos abusos cometidos no processo eleitoral. Para nunca mais esquecermos. Para que nunca mais aconteça.

Democracia, por definição, é o governo do povo, por meio da eleição de seus representantes. Mas precisamos ir além dos dicionários. O povo quer mais do que simplesmente eleger seus representantes, o povo quer participação ativa nas decisões de governo.

É preciso entender que democracia é muito mais do que o direito de se manifestar livremente contra a fome, o desemprego, a falta de saúde, educação, segurança, moradia. Democracia é ter alimentação de qualidade, é ter emprego, saúde, educação, segurança, moradia.

Quanto maior a participação popular, maior o entendimento da necessidade de defender a democracia daqueles que se valem dela como atalho para chegar ao poder e instaurar o autoritarismo.

A democracia só tem sentido, e será defendida pelo povo, na medida em que promover, de fato, a igualdade de direitos e oportunidades para todos e todas, independentemente de classe social, cor, crença religiosa ou orientação sexual.

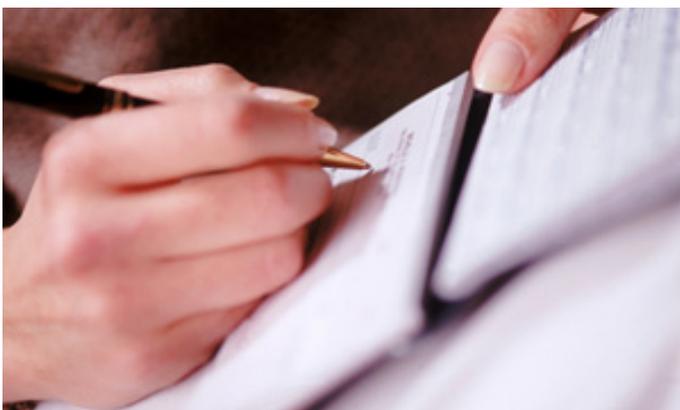
É com o compromisso de construir um verdadeiro Estado democrático, garantir a normalidade institucional e lutar contra todas as formas de injustiça, que recebo pela terceira vez este diploma de presidente eleito do Brasil – em nome da liberdade, da dignidade e da felicidade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

FONTE: Redação CUT | Editado por: Marize Muniz

TST considera válido acordo com quitação geral do contrato de trabalho

Por considerar que foram preenchidos os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para a validade da transação, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho homologou acordo extrajudicial com previsão de quitação geral do contrato de trabalho firmado entre uma empresa de pesca de Campinas (SP) e uma ex-empregada



A assinatura do acordo extrajudicial foi homologada pela corte trabalhista
Reprodução

O acordo previa o término do contrato em novembro de 2020. No pedido de homologação, foi registrado que a empregada havia manifestado a intenção de sair da Equipescas Equipamentos de Pesca e que a empresa concordava com o desligamento. Também houve concordância sobre a garantia de emprego e a redução da jornada em razão da epidemia da Covid-19. Ao dar quitação geral de todas as parcelas, a empregada receberia R\$ 23 mil.

Contudo, o juiz da 10ª Vara do Trabalho de Campinas entendeu que não cabia à Justiça do Trabalho homologar a rescisão do contrato. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) manteve a decisão, com fundamento no princípio da irrenunciabilidade de direitos.

Para o TRT, um acordo que versa sobre verbas trabalhistas não pode implicar renúncia prévia e genérica a direitos, porque se trata de crédito de natureza alimentar. Ainda segundo o

órgão, a previsão de quitação geral do contrato é inconstitucional, pois tem como propósito barrar o acesso do empregado à Justiça.

No recurso de revista encaminhado ao TST, a empresa argumentou que o processo em que as partes, voluntariamente, submetem um acordo extrajudicial à homologação da Justiça está previsto no artigo 855-B da CLT, introduzido pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). Assim, a análise deve se limitar à verificação da livre manifestação de vontade dos dois lados e da ausência de vício de consentimento. Por fim, afirmou que foram preenchidos os requisitos da lei: a petição é conjunta e as partes foram devidamente representadas por advogados distintos.

Segundo o relator, ministro Alexandre Ramos, ainda não há jurisprudência pacificada no TST, nem no Supremo Tribunal Federal, sobre a matéria. Ele explicou também que cabe ao Judiciário homologar o acordo apresentado quando atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

No caso, não há registro de descumprimento das exigências legais, de indícios de prejuízos financeiros para a trabalhadora, de vícios de vontade das partes ou de ofensa ao ordenamento jurídico. Nesse contexto, não há obstáculo para a homologação, inclusive da cláusula de quitação geral e irrestrita do contrato de trabalho. A decisão foi unânime. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF